

# A compreensão do *ethos* diante de normas morais e religiosas

João Nogueira Pereira\*

## RESUMO

O enfoque principal deste artigo é a relação da ética com a vivência e a prática religiosas. A presença de uma ética não se restringe ao vasto campo da tradição semítica ou religiões proféticas, mas se entende também às raízes da religiosidade mística e sapiencial. O texto tem como um dos principais objetivos aprofundar a compreensão dessa relação, seja nos códigos e normas das diversas religiões, como também na prática religiosa das comunidades. A ética ocupa um lugar fundamental como ciência do *ethos*. Fazem parte ainda desse estudo algumas distinções terminológicas e semânticas dos termos ética e moral. Dentro do universo religioso, o lugar fundamental da ética será pesquisado através da racionalidade dos valores morais das principais religiões do planeta.

Palavras-chave: Filosofia; Ética; Moral; Religião; Antropologia.

NO PRIMEIRO NÚMERO DA Revista **Horizonte**, o saudoso Pe. Alberto Antoniazzi publicou um artigo com o título “Ética, religião e política”, onde encontramos uma inesgotável fonte de reflexões sobre temas que não perdem a sua atualidade. Dentre eles, daremos ênfase aos dois primeiros, não por serem mais importantes numa perspectiva filosófica, mas porque são objetos do presente texto e de uma das linhas de Pesquisa do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da PUC Minas. É possível constatar no artigo do Pe. Alberto Antoniazzi (1997) uma relação muito profunda entre religião e ética, além de ficar claro o grau de conexão desta última com o caráter de universalidade. Assim se expressava: “Com isso não afirmamos que a ética, ou a convivência democrática, se constroem apenas a partir de princípios universais, universalmente válidos. O universal é um ponto de partida: ele deverá se expressar no particular, no concreto,

\* Coordenador do Departamento de Filosofia e Teologia da PUC Minas e Professor no Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião. Doutor em Antropologia filosófica. e-mail: <joaopereira@pucminas.br>.

na história” (p. 64). Esse caráter de universalidade da ética, assim compreendido, norteará as nossas reflexões no presente texto. A temática do fenômeno religioso é universal no tempo e no espaço. Inúmeras são as implicações dessa afirmação, tão difundida quando se fala em termos de fenomenologia religiosa. Do lado da ética, no sentido grego e ocidental da palavra, desde a sua origem com Sócrates continua sempre viva a sua atualidade porque suas reflexões não podem perder de vista o momento presente da vida, não só dos seres humanos, mas da vida no sentido mais amplo possível, numa dimensão até mesmo cósmica. No que se refere à relação entre ética e moral religiosa, é fácil constatar que todas as religiões oferecem aos seus seguidores códigos da conduta correta ou normas que encorajam os seus adeptos a viver da maneira ensinada pelos seus fundadores e profetas.

#### DISTINÇÕES TERMINOLÓGICAS

É importante, logo de início, esclarecer em que sentido vamos fazer uso do termo ética e do seu correlacionado, moral. Para muitas pessoas, incluindo escritores, esses dois termos são sinônimos. Ética e moral, como palavras, são essencialmente sinônimas. A palavra “ética” é derivada do termo grego *ethos*, e “moral/moralidade” vem do vocábulo grego *mores*. Essas duas palavras se referem aos costumes de uma pessoa. Como palavras do inglês (e do português), elas são essencialmente sinônimas (TILGHMAM, 1996, p. 151). Não será essa a acepção terminológica que vou adotar. Fiz questão de apresentar textualmente a maneira como os termos ética e moral são compreendidos neste e em muitos outros livros. Essa não será a acepção seguida no presente texto. Quando falamos aqui de ética, estamos nos referindo, mais especificamente, à palavra de origem grega *εθιχη*, escrita, portanto, com *ε* (epsilon) que significa caráter, índole natural para o hábito, conjunto de disposições físicas e psíquicas de uma pessoa. A palavra ética tem uma carga semântica de reflexão e busca de uma sempre melhor compreensão do agir humano no tempo e na história.

A primeira acepção de *ethos* (com *eta* inicial) designa a morada do homem (e do animal em geral). O *ethos* é a casa do homem. O homem habita sobre a terra acolhendo-se ao recesso do *ethos*. este

sentido de um lugar de estada permanente e habitual, de um abrigo protetor, constitui a raiz semântica que dá origem à significação do *ethos* como costume... A segunda acepção de *ethos* (com *épsilon* inicial) diz respeito ao comportamento que resulta de um constante repetir-se dos mesmos atos [...]. (VAZ, 1993, p. 12-14)

Deixamos para a palavra moral a origem também grega de *ἠθικη*, escrita com *η* (eta) ou *mos*, *moris*, em latim, traduzida em português por moral. A palavra grega, nesta segunda acepção, significa morada, casa do homem, abrigo protetor, costumes ou, simplesmente, moral. A origem da confusão que se faz entre os termos ética e moral está na origem grega da palavra ética que, na verdade, são duas palavras com significados apenas correlacionados, mas não iguais, escritas com iniciais diferentes, mas com a mesma pronúncia. Para efeito de uma melhor compreensão do texto a seguir, preferimos o uso diferenciado das palavras ética e moral. A primeira, no sentido, sobretudo de reflexão, de busca do sentido dos próprios costumes e dos valores das sociedades, das religiões, dos códigos e normas religiosas ou não. A segunda, traduzida também como costume, continua sendo empregada nesse sentido, portanto, com uma relação intrínseca com as religiões.

Cada religião tem sua moral ou os seus costumes transformados em lei que devem ser respeitados pelos seus “fiéis”. A relação da ética com a religião, segundo a nossa concepção, não é tão intrínseca assim, mas está no âmbito ou nas cercanias das ciências da religião.

## O ESPECÍFICO DA CIÊNCIA DO *ETHOS*

A presença de normas “éticas” nas diversas religiões é um fato muito fácil de ser comprovado com uma simples observação aos ritos e práticas religiosas. Não é muito difícil também encontrar claras oposições ao confronto ético com normas religiosas. “Contra a ética das virtudes insurgiu-se também Lutero, em nome da fé cristã. Para o fundador do protestantismo, a ética aristotélica é um insulto a Deus e ousadia humana que tenta equilibrar suas paixões com seu próprio esforço pela prática das virtudes e sem auxílio divino” (PEGORARO, 2003, p. 55). Todas as religiões possuem seus códigos ou suas normas expressas muitas vezes nos seus ritos. No próprio rito se faz presente um con-

junto de práticas que são pautadas por compromissos livremente assumidos pelos seus adeptos. O que difere uma religião de outra ou de outras é, na maioria das vezes, a maneira de interpretar esses códigos, ou a maneira de estimular seus membros a cumprirem os seus ensinamentos. Sobretudo a educação das crianças tem um significado marcante na manutenção daqueles princípios morais que são transmitidos como valores éticos e não apenas como fruto de uma tradição ou cultura.

Vivemos um momento em que as referências tradicionais parecem ter desaparecido, momento em que não sabemos mais exatamente quais podem ser os fundamentos possíveis de uma teoria ética. Esse contexto não se trata de uma problemática simples. Muito pelo contrário. Ela se revela complexa, e, por isso mesmo, tensa e por vezes polarizada podendo até chegar a um nihilismo ético. João Paulo II (1998, n. 86-90) aponta uma série de correntes de pensamento, hoje particularmente difusas, que trazem conseqüências inevitáveis para a minimização do valor atribuído aos princípios éticos. “A insistência sobre a necessidade de uma estreita relação de continuidade entre a reflexão filosófica atual e a reflexão elaborada na tradição cristã visa prevenir do perigo que se esconde em algumas correntes de pensamento, hoje particularmente difusas. Embora brevemente, considero oportuno deter-me sobre elas, para pôr em relevo os seus erros e conseqüentes riscos para a atividade filosófica” (JOÃO PAULO II, 1998, n. 86). Para a humanidade, falar em ética significa, portanto, recuperar uma das dimensões fundamentais da existência humana. Falar de ética e religião, mais do que recuperar dimensões fundamentais do ser humano, significa levar cada ser humano a pensar e a repensar sua vivência, quer religiosa ou não, tendo como paradigmas valores presentes nas diversas religiões.

A ética tem por objeto o *ethos* como fenômeno sócio-histórico, agir segundo o bem, o agir virtuoso (*areté*) para alcançar uma vida melhor, mais feliz (*eudaimonia*). Portanto, é a *práxis* dos indivíduos que nos permite um determinado *ethos* histórico.

A partir de uma assimilação ativa do real, do agir concreto do homem, a ética quer redescobrir o humano inserido num processo de tradições culturais e religiosas. A ética faz emergir a questão do sentido, da pergunta pelo seu ser-homem como tarefa histórica, qual seja, vencer a coisificação.

O emergir da simples faticidade, característica do ser huma-

no, é condição da transcendência e, nesta perspectiva, a história só aparece como humana à medida que supera relações de dominação entre os homens, de poderes opressores, da “racionalidade instrumental” e revela-se em relações solidárias. Em todas as religiões estão presentes normas de condutas, orais ou escritas, que objetivam uma boa convivência, um caminhar rumo a uma vida mais harmônica e solidária. A partir da experiência ética, a história humana revela-se no reconhecimento em direção à construção de uma humanidade mais consciente e justa.

O renascimento do debate ético e a demanda pela ética proliferaram em nosso tempo, ávido de teorização. Os problemas decorrentes da decadência ética não podem ser resolvidos apenas a partir de tentativas isoladas, também é preciso vontade política de seus interessados.

Sabemos que nossas atitudes morais são adquiridas através de um processo de aculturação, são aprendidas. Nós as adquirimos enquanto crescemos em um grupo social, e elas variam conforme as condições sociais vão se alterando. Elas refletem diferentes maneiras pelas quais os grupos acomodam-se às suas circunstâncias. Portanto, não há uma receita universal e única para o agir bem. Mas é certo que o compromisso com os outros, com as gerações futuras, exige muito mais de cada um de nós que uma simples aceitação das normas herdadas.

Perguntando por que não fazer o mal, Hans Kung (2003, p. 55-56) acrescenta uma série de outras interrogações que nos fazem pensar: Por que não podemos roubar ou matar? Por que devemos fazer o bem? Por que devemos rejeitar a corrupção? Por que não podemos desenvolver técnicas de reprodução humana que produzam embriões sadios e jogar os defeituosos no lixo? Por que um povo ou etnia deve ser tolerante em consideração a uma outra etnia ou religião? Por que devemos conviver com religiões, filosofias e ideologias diferentes? Questões como estas não podem ser negligenciadas no mundo tecnológico em que vivemos. O mesmo autor (KÜNG, 2003, p. 54) reflete sobre a necessidade de uma ética mundial pois, diz ele, sem moral, sem normas éticas comumente aceitas, sem “padrões globais”, as nações correm o perigo de, através do acúmulo de problemas durante decênios, caminhar para uma crise que pode levar ao colapso nacional, isto é, à ruína econômica, à desmontagem social e catástrofe política. O mesmo autor acrescenta ainda que o discurso lema para o terceiro milênio deve ser o da responsabi-

lidade da sociedade mundial em vista de seu próprio futuro. Que aqueles que têm responsabilidades nas diferentes regiões do planeta, nas diferentes religiões e ideologias estão desafiados a aprender a pensar em inter-relações globais. Há a necessidade de uma ética básica, de normas, valores, ideais e objetivos que interliguem todas as pessoas, pois a credulidade de todas as religiões vai depender da sua capacidade de acentuar mais aquilo que as une e menos aquilo que as divide.

Não há outra saída, a não ser a de o ser humano tornar-se mais humano e preservar, promover e realizar a sua condição humana, independente da religião que professa, ou até mesmo não possuindo nenhuma crença em um ser superior. Em face de uma realidade tão diversificada, mutável, complexa, e muitas vezes pouco transparente, de uma sociedade tecnologicada, a aposta é de que o homem pode autodirigir-se, apesar de seus determinismos e limitações pessoais, pode orientar sua vida e perguntar-se acerca das metas às quais guiará seu projeto de vida. Isso não significa buscar a paz mundial através da existência de uma única religião. “A probabilidade de hoje se estabelecerem uma sociedade humana e uma religião unificadas parece-nos mais remota que no período após a segunda Guerra Mundial. A globalização não exclui a regionalização” (KUNG, 2003, p. 182).

A discussão da problemática da relação entre ética e religião nos tempos atuais deve estar atenta também ao processo de formação de valores e a respectiva reflexão sistemática e crítica dos princípios religiosos e de como se realizam no mundo. A vida humana é experiência de transcendência permanente e a consciência religiosa permite ao homem reconhecer-se em constante inter-relação com a realidade infinita. Sem a possibilidade da transcendência, o homem, em última análise, reduz-se ao nível da natureza, fecha-se em sua especificidade. Portanto, a experiência religiosa é, fundamentalmente, experiência ética no sentido de ser busca do lugar do sagrado na experiência da modernidade.

#### NECESSIDADE DE UMA REFLEXÃO ÉTICA NA INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS RELIGIOSAS

Todas as principais religiões do mundo oferecem códigos éticos de conduta correta. Mas estes mesmos códigos estão sujeitos a mudanças ao longo dos tempos. Entender como são inter-

pretados e como são colocados em prática, ou mesmo como são estimulados, faz parte de um agir mais consciente. Além do mais, não é difícil constatar divergências e contradições dentro de uma mesma tradição religiosa. Através de uma reflexão ética será possível compreender o porquê de tais divergências e interpretá-las dentro do contexto mais global. Sem uma crítica nos moldes da ética corre-se o risco de nos depararmos com contradições embaraçosas que são muitas vezes erradamente utilizadas contra a própria religião.

Nos dias atuais, tem se tornado bastante comum seguir o caminho da reflexão ética partindo de alguns temas centrais das cinco grandes tradições religiosas da história da humanidade, conforme apresentados no livro organizado por um especialista em religiões (SCHERER, 2005, p. 93). Seguindo o pensamento do autor, vemos que segundo o cristianismo que é a religião de todos aqueles que crêem em Jesus Cristo, a sua moral considera todo ser humano como imagem e semelhança de Deus. Pela revelação em Jesus Cristo e pela ação do Espírito Santo, o homem deve conviver de maneira responsável com o próximo e sua criação. Segundo essa concepção, o cristão deve a todo momento prestar contas a si próprio, para saber se as regras e valores de convivência humana correspondem a uma idéia do homem que considera todo ser humano como imagem e semelhança de Deus. Seguir o exemplo de Jesus é imitá-lo em seus comportamentos, ou viver segundo a sua moral.

No Cristianismo é considerado mal tudo aquilo que leva ao afastamento de Deus. O mal é tudo aquilo que se opõe a Deus e aos seus mandamentos. A vida humana é boa quando as pessoas desenvolvem uma consciência daquilo que as afasta de Deus, quando praticam o bem, e contribuem para a boa convivência. A liberdade humana é um dom gratuito de Deus e a tarefa do homem consiste em comportar-se vivendo a própria vida seguindo os ensinamentos de Jesus, como resposta a essa liberdade. O que constitui o fundamento para que os homens se libertem do afastamento de Deus é a sua fidelidade à Lei que vem de Deus. Os Dez Mandamentos da **Bíblia** são o fundamento para toda e qualquer ética cristã. A fé cristã se estabelece nas palavras, nos ensinamentos, nos gestos e na vida do Homem-Deus – Jesus Cristo (SCHERER, 2005, p. 110). A violência como instrumento de opressão ou de poder é radicalmente rejeitada pelo Cristianismo e como a convivência entre os cristãos sempre esteve

tradicionalmente marcada por discussões e disputas violentas, esse continua sendo um grande desafio para os seguidores dessa doutrina. Na concepção cristã, toda vida humana é única e inalienável e, nesse sentido, toda e qualquer extinção violenta da vida é uma ofensa contra o mandamento de respeitar a vida humana.

No entanto, algumas dificuldades parecem indissolúveis se não for feita a devida distinção entre a moralidade inerente à religião e a atitude ética que essencialmente consiste em refletir sobre o significado e sobre o sentido de toda e qualquer norma pertencente a qualquer religião. Como exemplo dentro do cristianismo, podemos citar uma passagem do Antigo Testamento, do Deuteronômio, 14, 21: “Não podereis comer de nenhum animal que tenha morrido por si. Tu o darás ao forasteiro que vive em tua cidade para que ele o coma, ou vendê-lo-ás a um estrangeiro. Porque tu és um povo consagrado a Iahweh teu Deus. Não cozinharás um cabrito no leite de sua mãe”. Escolhemos este versículo porque aí se encontram, dentre outros, dois problemas de dimensões éticas. O primeiro, dependendo da interpretação que se der à primeira parte do versículo, se refere simplesmente a uma desconsideração total ao caráter universal inerente à ética. O texto expressa uma diferença valorativa fundamental entre o povo escolhido e os demais povos. Nós sabemos que não é um consenso, pelo menos na maneira de compreender o sentido desse caráter universal que atribuímos à ética. Mas não nos resta dúvida de que não será ética a atitude de privilegiar um povo em detrimento de outros. Um segundo problema que se detecta facilmente na segunda parte do texto é que se trata de uma norma dentro da moralidade do Antigo Testamento, mas não explicitamente um mandamento ou uma lei com características éticas. A segunda parte do versículo é útil pelo menos para nos fazer compreender que mesmo dentro das normas religiosas há alguma distinção ou uma hierarquia que precisa ser melhor compreendida para o bem da própria comunidade. Deve haver algum critério para se saber quais leis são prioritárias, já que todas provêm de uma mesma fonte. Tal critério só terá validade se conter um suporte racional, uma das características inseparáveis da ética. No fundo, é um problema filosófico.

Ainda quanto ao cristianismo, podemos citar um dos mais conhecidos problemas de confrontos entre normas morais e reflexão ética, ou seja, o fato de alguns alimentos serem puros ou impuros. Ainda no Deuteronômio, capítulo 14 do livro acima,

sobretudo nos versículos 3ss, encontramos uma lista enorme de animais, cuja carne era tida como impura. Ora, em Marcos (Mc 7, 19) encontramos o seguinte texto: “Assim Ele (Jesus) declarava puros todos os alimentos”. O que me chama a atenção nas referidas passagens bíblicas é exatamente a necessidade de uma atitude madura e consciente e, por que não dizer, mais racional, diante das aparentes contradições existentes entre um ensinamento e outro num mesmo Livro Sagrado. A atitude socrática de procurar saber o porquê dos valores, o sentido de cada um deles e o seu caráter de universalidade ainda não perdeu a sua importância, ou melhor, é cada vez mais urgente e indispensável numa sociedade com um inédito intercâmbio cultural como em nossos dias.

Outros exemplos podem ser tirados de outras crenças além do cristianismo. O Talmude judaico pode também ser citado. Os judeus perceberam que a lei mosaica ou a **Torá** era obscura em alguns pontos e que pouco dizia sobre problemas que vieram a surgir séculos mais tarde. As pessoas que queriam levar a sério a Lei e vivenciá-la no cotidiano sentiam a necessidade prática de interpretação e aplicação. As interpretações e aplicações tradicionais da lei estão contidas na coletânea conhecida como Talmude.

Conforme esta religião monoteísta, a ética torna visível o espírito que está por trás de uma lei. Por exemplo, a proibição de toda atividade remunerada e de trabalho no sábado é válida para todos, ou seja, patrões, empregados, estrangeiros, ricos, pobres, para os animais, para o campo e a terra. A ética do sábado lembra, portanto, a igualdade de todos os seres. O Judaísmo considera cada um responsável individualmente pelo todo. Quem salva uma vida humana salva o mundo todo e quem mata uma pessoa mata o mundo. No homem, vivem duas almas, aquela que o impulsiona para o bem e a outra que o impulsiona para o mal, portanto, cabe ao homem decidir-se pelo caminho do bem conforme ensina a **Torá** (SCHERER, 2005, p. 57). Deus concedeu ao homem uma liberdade de que ele muitas vezes não sabe se mostrar digno, então, através da leitura da Lei e do aprendizado ético, ele terá sempre a liberdade de reconhecer o seu erro e converter-se. As regras de vida da **Torá** são as leis fundamentais que servem para proteger a vida, reforçar a igualdade de todos os homens diante de Deus, impedir o arbítrio dos mais fortes, deixar claro o que podemos e devemos fazer. Dessa forma, também os animais estão sob a proteção dos seus mandamentos

porque o fim da Lei é a preservação da criação inteira. A revelação dos mandamentos do Sinai, escrita no “Livro da Aliança”, é entendida pelos judeus como revelação de Deus através da palavra: “Guardéis minhas leis e meus decretos. O homem que os cumprir, por meio deles viverá. Eu sou o Senhor (Levítico 18, 5)”. Sobre a questão da violência, a **Torá** protege mulheres e crianças, mas o judaísmo tem uma outra concepção de paz. É permitido o “olho por olho, dente por dente” como apelo de reação contra a violência.

No Islamismo a situação é bastante particular em muitos países. O livro da Lei Islâmica, o **Alcorão**, é a Constituição, o código civil, penal etc. O Livro sagrado é muito mais do que um livro de leis religiosas. É assim a religião inspirada nas profecias de Maomé. Aqui a ética ocupa-se com a justiça, ou o equilíbrio das relações do homem em primeiro lugar com os seus parentes mais próximos chegando mesmo ao alcance dos amigos, vizinhos, hóspedes e finalmente até com os rivais e inimigos (SCHERER, 2005, p. 94). Em relação à natureza criada, a justiça significa um convívio cuidadoso e responsável na vida terrena. Cada um, na medida de suas capacidades, é responsável por cuidar de suas relações. Bom é o que contribui para a justiça e a paz, mau é o que as destrói. Através da liberdade exercida pela autodisciplina do indivíduo, deve-se promover o bem em defesa do mal, a paz em detrimento da guerra, e perdoar o mais possível, transformando inimigos em amigos. A responsabilidade do homem, expressamente sublinhada nos mandamentos do **Alcorão**, está ligada diretamente às suas decisões e intenções. Deus criou as ações, mas o homem se apropria delas por seu consentimento e é responsável por elas. Deus não cria nem quer o mal, mas o permite por algum tempo. Toda a lei do Islã está no Alcorão. E este livro sagrado abrange toda a vida da pessoa: relação com Deus, culto, também a higiene, conveniências, educação, moral individual, vida social e política. Tudo isso é rito e nada escapa à religião: faz-se distinção entre regras para as ações cultuais, como orações, purificação ritual e também regras para as relações entre as pessoas, tais como negócios, casamentos, direito penal. Estas regras estão ligadas entre si e juntamente com os princípios gerais constituem o sistema ético-jurídico. O **Alcorão** não faz distinção entre violência aberta e violência sutil, norma justa e injustiça. É permitido defender-se contra a violência, mas na medida do possível deve-se escolher meios mais adequados para se

proteger e alcançar a reconciliação. Não é condenado, em certas circunstâncias, ocultar o pensamento religioso para se proteger de perseguição religiosa.

O sistema de castas no Hinduísmo é, sem dúvida, um outro bom exemplo de relação entre religião e ética. Para muitas pessoas o Hinduísmo é inseparável do sistema de castas. Tal sistema traduz uma hierarquia na comunidade fundada nas funções religiosas. A divisão em castas está relacionada à noção de uma virtude religiosa, ou seja, a pureza. O termo ‘castas’ vem de casto, “puro”. Todas as sociedades têm suas castas, sejam quais forem seus nomes: classes, ordens, condições, postos, etc. Muitos indianos, dentre eles Gandhi (1869-1948), lutaram pela profunda alteração nesse sistema que é parte integrante de uma religião, talvez a mais antiga de todas. Gandhi não cessou de lutar pela integração dos párias na comunidade indiana. Para ele os párias eram “o povo de Deus”, à semelhança dos profetas bíblicos que falam dos “pobres de Iahweh”. Em 1947, a Constituição indiana, votada pelo Parlamento, proibiu as castas. No entanto, na prática a mentalidade religiosa não se submete às leis humanas e os hindus continuam vivendo religiosamente como membro de uma casta.

De acordo com a lei do *karma* (causa e efeito), o agir moral é necessário, pois nossos atos nos julgam a nós mesmos e determinam a nossa próxima reencarnação, doutrina inseparável do Hinduísmo. Agir moralmente significa agir em consonância com o todo, e, desta maneira, contribuir para a conservação da ordem cósmica. O bem e o mal devem ser entendidos sobre o pano de fundo do *karma*: praticar o bem significa gozar dos frutos do agir anterior, praticar o mal é o resultado de um estado de confusão (SCHERER, 2005, p. 106). Sobre a falta de liberdade em que as pessoas se encontram na atualidade, é a consequência de decisões anteriores e é preciso que estas condições sejam trabalhadas. No hinduísmo tradicional não existe distinção entre deveres religiosos e sociais. Para os hindus, a palavra *dharma* designa também fé, sua religião e sua verdade. E se praticada a violência traz-se como consequência um mau Karma. A não-violência é válida também para os animais.

Uma tradição religiosa também de grande importância em termos mundiais é o Budismo. Trata-se de um Hinduísmo reformado, mas que conserva seus próprios fundamentos. O Budismo não conhece mandamentos divinos, nem pecado, por isso,

as ações não são consideradas boas ou más, e sim salutares, neutras ou prejudiciais. Ética significa agir sempre com compaixão e sabedoria. E sobre a liberdade, é do próprio homem a responsabilidade cármica, ou seja, as conseqüências das ações não são retiradas por um Deus bondoso ou punidor. O princípio de ação do Budismo é o “não-ferir” e isso vale também para os animais. Os adeptos do Budismo devem intervir de maneira enérgica, mas com equilíbrio, em qualquer situação, a fim de impedir mais sofrimentos. Como muito bem nos lembra Hans Kung (2004, p. 178), a idéia de uma Declaração Universal dos Deveres Humanos completando a Declaração Universal dos Direitos Humanos ganha força sobretudo no Japão, em ambiente Budista. “Uma coisa que é comum a todos os budistas e a todos os japoneses é o cabedal ético, que no Japão adquiriu a partir do confucionismo e dentro do qual determinados deveres são naturais e evidentes. Não obstante, com muita freqüência se têm acentuado no Japão os deveres dos de baixo para com os de cima, como os políticos, também têm deveres para com os de baixo, o que aqui é necessário que sejam levadas a sério determinadas normas de moralidade, como “não mentir”, “não roubar” etc. (KUNG, 2004, p. 178).

## CONCLUSÃO

Além desses exemplos e tantos outros que poderiam ser citados, não podemos nos esquecer da aparente deficiência do sistema de normas de qualquer religião cuja origem se distancia no tempo. Muitos problemas éticos atuais ficariam sem uma referência se forem levadas em consideração apenas normas religiosas presentes nos livros sagrados. Como falar, por exemplo, da contravenção ética de um cheque sem fundos, de um *hacker* da Internet, de uma clonagem etc. se nenhuma dessas atitudes são condenadas nos “livros sagrados”? A distinção entre religião e ética, não obstante suas inúmeras semelhanças, se faz necessária para uma melhor compreensão da fundamental questão das leis inseparáveis do nosso cotidiano.

A reflexão ética (PEGORARO, 2002, p. 12) é como contemplar um horizonte. Não há um caminho aplainado para se chegar a um determinado lugar. Em cada situação, em cada época, em cada circunstância é preciso descobrir ou até mesmo criar

caminho. A ética não depende de nenhum princípio metafísico válido em todos os tempos e em todos os lugares, sejam eles religiosos ou não. Se assim o fosse, não haveria lugar para o debate, para o diálogo num mundo de um intenso pluralismo cultural. A ética preserva tal discussão e nisto consiste a sua essência.

O homem é um animal religioso e suas crenças religiosas, tanto hoje como ontem, põem as mesmas interrogações. A ética exprime a maneira como uma cultura e uma sociedade definem para si mesmas o que julgam ser o mal e o bem. Independentemente do conteúdo e da forma que cada religião lhe dá, toda ética está em relação com o seu tempo e a sua história. Nosso objeto de estudo é indagar eticamente os princípios religiosos das grandes religiões, discutir e comparar seus temas centrais.

#### ABSTRACT

This article focuses on the relation between ethics and religious practice and experience. The presence of ethics is not restricted to the wide scope of Semitic tradition or prophetic religions, but reaches the roots of mystical and sapient religiosity. The text aims at understanding that relation in depth, in what concerns the codes and norms of various religions, as well as the religious practice of communities. Ethics plays a fundamental role as a science of *ethos*. The article also comprises some terminological and semantic distinctions between the terms 'ethics' and 'morals'. Within the religious universe, the fundamental place of ethics is investigated through the rationality of moral values of the main world religions.

Key words: Philosophy; Ethics; Morals; Religion; Anthropology.

#### Referências

ABDULLAHI, A. A. Qur'an, Shari'a e direitos humanos: fundamentos, deficiências e perspectivas. **Concilium**, Petrópolis, n. 228, p. 72-80, 1990.

ANTONIAZZI, A. Ética, religião e política. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 1 n. 1, p. 59-70, 1997.

ARISTÓTELES, **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BOROWITZ, E. B. Torá, escrita e oral, e direitos humanos: fundamentos e deficiências. **Concilium**, Petrópolis, n. 228, p. 33-42, 1990.

- COLZANI, G. **Antropologia cristiana**. Piemme: Casale Monferrato, 1992.
- CORTINA, A. **Ética civil e religião**. São Paulo: Paulinas, 1996.
- GARAUDY, R. Os direitos do homem e o Islã: fundamentos, tradição, violação. **Concilium**, Petrópolis, n. 228, p. 55-71, 1990.
- JOÃO PAULO II, Papa. **Fides et Ratio**. São Paulo: Paulinas, 1998.
- KUNG, H. Em busca de um *ethos* mundial das religiões universais. **Concilium**, Petrópolis, n. 228, p. 113-134, 1990.
- KUNG, H. Ética das grandes religiões e direitos humanos. **Concilium**, Petrópolis, n. 228, p. 7-8, 1990.
- KUNG, H. **Projeto de ética mundial**; uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana. São Paulo: Paulinas, 2003.
- KUNG, H. **Religiões do mundo**: em busca dos pontos comuns. São Paulo: Verus, 2004.
- KUSCHEL, K. As grandes religiões, os direitos humanos e o humano. **Concilium**, Petrópolis, n. 228, p. 105-112, 1990.
- LIMA VAZ, H. **Escritos de Filosofia II**: ética e cultura. São Paulo: Loyola, 1993.
- LÓPEZ, A. E. **Fundamentação da ética cristã**. São Paulo: Paulus, 1995.
- MEEKS, W. A. **As origens da moralidade cristã**. São Paulo: Paulus, 1997.
- MOLTMANN, J. Direitos humanos, direitos da humanidade e direitos da natureza. **Concilium**, Petrópolis, n. 228, p. 135-152, 1990.
- MUKERJI, B. Os fundamentos da unidade e da igualdade: uma compreensão hindu dos direitos humanos. **Concilium**, Petrópolis, n. 228, p. 81-89, 1990.
- PEGORARO, O. A. **Ética e bioética**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- PEINADO, J. V. **Éticas teológicas ontem e hoje**. São Paulo: Paulus, 1996.
- PLATÃO. **Tutti gli scritti**. Milano: Rusconi, 1994.
- SALDANHA, N. Ética, religião e política. **Ethica: Cadernos Acadêmicos**, Rio de Janeiro, Ano 3, n. 4, p. 67-74, 1996.
- SAMUEL, A. **As religiões hoje**. São Paulo: Paulus, 1997.
- SCHERER, B. **As grandes religiões**: temas centrais comparados. Petrópolis: Vozes, 2005.
- SIVARAKSA, Sulak, Direitos humanos no contexto da solução de problemas globais: perspectiva budista. **Concilium**, Petrópolis, n. 228, p. 90-104, 1990.
- TILGHMAM, B. R. **Introdução à filosofia da religião**. São Paulo: Loyola, 1996.
- WILGES, I. **Cultura religiosa**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- ZILLES, U. **Filosofia da religião**. São Paulo: Paulus, 2002.